

4 – Considerações finais

Recapitulando o que vimos no primeiro capítulo, da querela entre história da ciência e filosofia da ciência, começa a surgir, a partir da década de 60, um híbrido que reúne a função normativa da filosofia da ciência e a função descritiva da história da ciência. No entanto, já se percebia que a filosofia da ciência não dava conta de um ponto muito importante dos modelos normativos, a distinção entre ciência e não-ciência. Uma breve análise dos critérios de demarcação nos revelou essa limitação.

O pluralismo epistemológico de Feyerabend colaborou para a falência do modelo normativo, desmistificando o método científico, que perde o seu caráter de neutralidade e universalidade. Apesar dos mal-entendidos em torno da interpretação do princípio do “vale-tudo”, suas reflexões sobre o estatuto da ciência apresentam uma mensagem clara: o que há de tão especial sobre a ciência? Para ele, a ciência não é a única e nem a melhor forma de pensamento desenvolvida pelo homem. É nesse sentido que ele questiona o dogmatismo da comunidade científica quando trata da astrologia.

A “virada sociológica” nos estudos sobre a ciência, ocorrida nos anos 70, caracterizou-se pela formação de várias escolas, dentre as quais destaca-se a Escola de Edimburgo. Para esse grupo, as causas sociais são as principais responsáveis pela produção de crenças científicas. Como vimos, Laudan discorda dessa posição, apresentando argumentos para mostrar que a sociologia só deve ser acionada quando a análise racional falha. Por outro lado, assim como os sociólogos da ciência, Laudan considera o problema da demarcação um falso problema.

No bojo da sociologia da ciência, começam a surgir, nos anos 80, um movimento que vem sendo chamado de *Science Studies*. Ele parece promissor do ponto de vista da integração dos estudos de filosofia, história e sociologia da ciência, caracterizando-se pelo estabelecimento de uma agenda política e pela ênfase na prática, que inclui não só a elaboração e a validação, mas também a transmissão e a recepção da ciência.

Definidos esses pontos, procuramos esclarecer como e por que o modelo normativo, em especial a sua preocupação com o problema da demarcação entre ciência e não-ciência, tende a se tornar obsoleto, pelo menos do ponto de vista epistemológico, num contexto em que os estudos sobre a ciência enfatizam a prática científica. Vimos também que a filosofia da ciência transfere-se para o laboratório, para o particular, para o objeto científico, e todas as pretensões de neutralidade, uniformidade e universalidade não cabem mais nesse novo cenário. Nesse sentido, é possível repensar o papel da filosofia da ciência, e da própria filosofia, tendo em vista que a tradição científico-filosófica sempre orientou sua prática para o universal e não para o particular, tendendo a se afastar do discurso do homem comum. Entretanto, ao fim e ao cabo, é exatamente esse homem comum que acaba sendo o agente de decisão no mundo moderno, sobretudo porque vivemos numa sociedade democrática ou que assim se pretende.

Uma possível saída para esse impasse pode estar nas próprias origens da filosofia, contemporânea do advento da *polis*, da vida pública. A filosofia nasce na praça, entre os cidadãos, marcada pela reflexão crítica e pela tentativa de dar conta dos problemas de ordem ético-política. Esse talvez seja um caminho para pensarmos o papel da filosofia da ciência hoje. Um papel de reflexão e, aliado à história da ciência, também de descrição, afastando-se, portanto, do papel que usualmente lhe é atribuído, ou seja, o papel normativo. Constitui-se, assim, um ambiente de atuação para a filosofia da ciência, no qual se destacam: 1) a discussão de conceitos caros à ciência e à filosofia, como o de vida, por exemplo; 2) a interação entre as diversas formas de saber para dar conta dessa discussão conceitual; e 3) o acesso do público a essa discussão. Nesse cenário, cabe à própria ciência, a cada uma delas individualmente, discriminar seus métodos e sua ontologia, como vimos na descrição das tradições de pesquisa de Laudan.

No segundo capítulo, estudamos o caso da astrologia, partindo de um ponto de vista histórico, e tentando construir um discurso acerca da técnica e da linguagem por trás da prática astrológica. Não se pretendeu defender a astrologia como ciência ou pseudociência, apenas discutir a questão, investigando-a de maneira não dogmática, buscando sempre esclarecer os pontos relevantes para um melhor entendimento do problema da demarcação.

A análise dos testes empíricos e a descrição da linguagem astrológica tentaram atender a uma demanda muito comum acerca da eficiência do sistema

astrológico, contudo, não parece exagero lembrar mais uma vez que não se trata aqui de defender a astrologia como ciência, nos moldes usualmente empreendidos. Talvez possamos pensá-la, num sentido mais amplo, como uma tradição de pesquisa, como propõe Laudan, com seus próprios métodos e perspectivas sobre o mundo. No entanto, é preciso esclarecer, caso ainda reste alguma dúvida, que, antes de tudo, entendo a astrologia como um modelo narrativo, uma ciência num sentido lato, e não num sentido estrito, até porque, se assim não fosse, estaria contradizendo meus próprios argumentos, já que ficou evidente a dificuldade de se definir critérios estritamente epistemológicos que distingam clara e nitidamente essas fronteiras.

O argumento final do segundo capítulo baseia-se na análise dos critérios de demarcação já tratados no primeiro capítulo, mas aplicados especificamente ao caso da astrologia, segundo seus próprios autores. A cientificidade da astrologia foi questionada persistentemente pela filosofia da ciência anglo-saxã, pois, inicialmente, como vimos, o problema da demarcação era uma das principais preocupações dessa filosofia da ciência, notadamente normativa. O resultado dessa análise explicitou a insuficiência dos critérios propostos para excluir a astrologia do conjunto das ciências. Mais do que isso, esse resultado deixou claro que a astrologia ou é ciência, ou, se não é, esses critérios são inócuos.

O estudo do caso da astrologia é um exemplo do impasse a que chegou o modelo normativo de filosofia da ciência, que tentou conceber uma ciência independentemente do seu contexto e distintamente de outras formas de conhecimento. A partir dos anos 60, o conceito de ciência passa a ser entendido como tributário de uma história e, portanto, o de pseudociência também. Nesse sentido, a questão da demarcação e todo o seu vocabulário epistemológico tornam-se, no mínimo, inconvenientes, visto que foram elaborados num contexto em que se pretendia uma ciência neutra, universal e uniforme. Podemos afirmar, então, a inutilidade e a impropriedade do uso de termos como “pseudociência”, que nos conduzem a uma imagem equivocada do saber científico.

Se a astrologia não é uma pseudociência e afirmá-la como ciência é, no mínimo, comprometer-se com todo esse problemático debate demarcatório, talvez ainda reste esclarecer um pouco mais o lugar da astrologia hoje. O que ela se propõe a fazer? Quer seja entendida como uma ciência num sentido lato, como

uma tradição de pesquisa ou como uma forma de saber, qual é a diferença da astrologia para outros sistemas simbólicos, por exemplo, o tarô ou a quiromancia?

Sem querer recair no mesmo problema demarcatório já discutido ao longo deste trabalho, o que parece ser o grande diferencial da astrologia para essas outras formas de saber, e que ao mesmo tempo lhe confere “ares de ciência”, é, como vimos, a geometria detalhada na qual se baseia, oriunda de um tempo que produziu uma forma de pensamento mágico-matemática. Nesse sentido, fica muito difícil pensar a astrologia de uma maneira pasteurizada ou predeterminada. Ela não se compara à psicologia, ao tarô, à física nem a qualquer outra forma de saber, logo, não deveria se submeter aos métodos de ciências cujos pressupostos e visões de mundo não são os seus. É claro que isso não implica que não haja diálogo, além de encontros e desencontros conceituais e históricos entre todas essas tradições.

Voltando ao que a astrologia se propõe a fazer, é possível afirmar genericamente que há uma diferença grande entre o papel da astrologia no mundo antigo e o papel da astrologia nos dias de hoje. Atualmente, é muito comum inscrever a astrologia no âmbito das formas de aconselhamento, ou, como destacou Janine, podemos entendê-la como uma forma de dar sentido às ações. Dessa maneira, a astrologia nos falaria sobre algo que já conhecemos, mas sobre o qual buscamos esclarecimentos, a partir de uma perspectiva e de uma linguagem próprias. Por outro lado, depreende-se da literatura astrológica um outro papel para a astrologia: o de prever ações, ou seja, falar sobre o que vai acontecer. Assim, a astrologia nos revelaria coisas que não conhecemos, mas também sujeitas a uma produção de sentido que é mediada pela cultura. Em ambos os casos, trata-se de um processo de tradução em que se estabelece uma narrativa em língua natural a partir do “texto” cunhado no mapa em linguagem astrológica. É nesse sentido que se pode pensar na astrologia como um modelo narrativo.

Para finalizar, cabe ainda uma observação sobre a possibilidade de se tratar o problema da demarcação de um ponto de vista ético-político e não mais epistemológico, como sugeri anteriormente, ao mencionar as origens da filosofia. Dessa perspectiva, esse problema pode revelar sua face conservadora, dado que tende a legitimar a posição privilegiada da ciência na sociedade moderna. Por outro lado, devemos lembrar também que há estruturas políticas que precisam, por motivos de ordem prática, ter critérios para saber, por exemplo, o que é razoável

ou não oferecer como disciplina num currículo escolar. Além disso, no mundo de hoje, o homem comum, os governantes e os políticos também precisam ter critérios para reconhecer o que está em jogo quando são chamados para opinar ou decidir sobre questões caras à coletividade, como a redução de gases tóxicos na atmosfera, a pesquisa com células-tronco etc., e também para fazer escolhas pessoais, por exemplo, qual é o tratamento mais adequado para uma certa doença? O problema aqui é que, para ser realmente coerente com o sistema político mundial no qual estamos inseridos, essa escolha deveria poder ser feita sem a pressuposição, preconceito ou propaganda de que as soluções de uma certa forma de saber são superiores ou inferiores às de outra. Como já vimos, essa crença não se justifica do ponto de vista estritamente epistemológico. Talvez nem do ponto de vista ético-político, principalmente se contarmos com um bom projeto pedagógico como aliado para dar conta de uma formação cultural pluralista, de maneira que todos tenham acesso às informações e possam exercer seu direito de escolha. É nesse ambiente de tolerância, possivelmente utópico, que se pode pensar numa sociedade planetária. Mas esta é uma outra história...